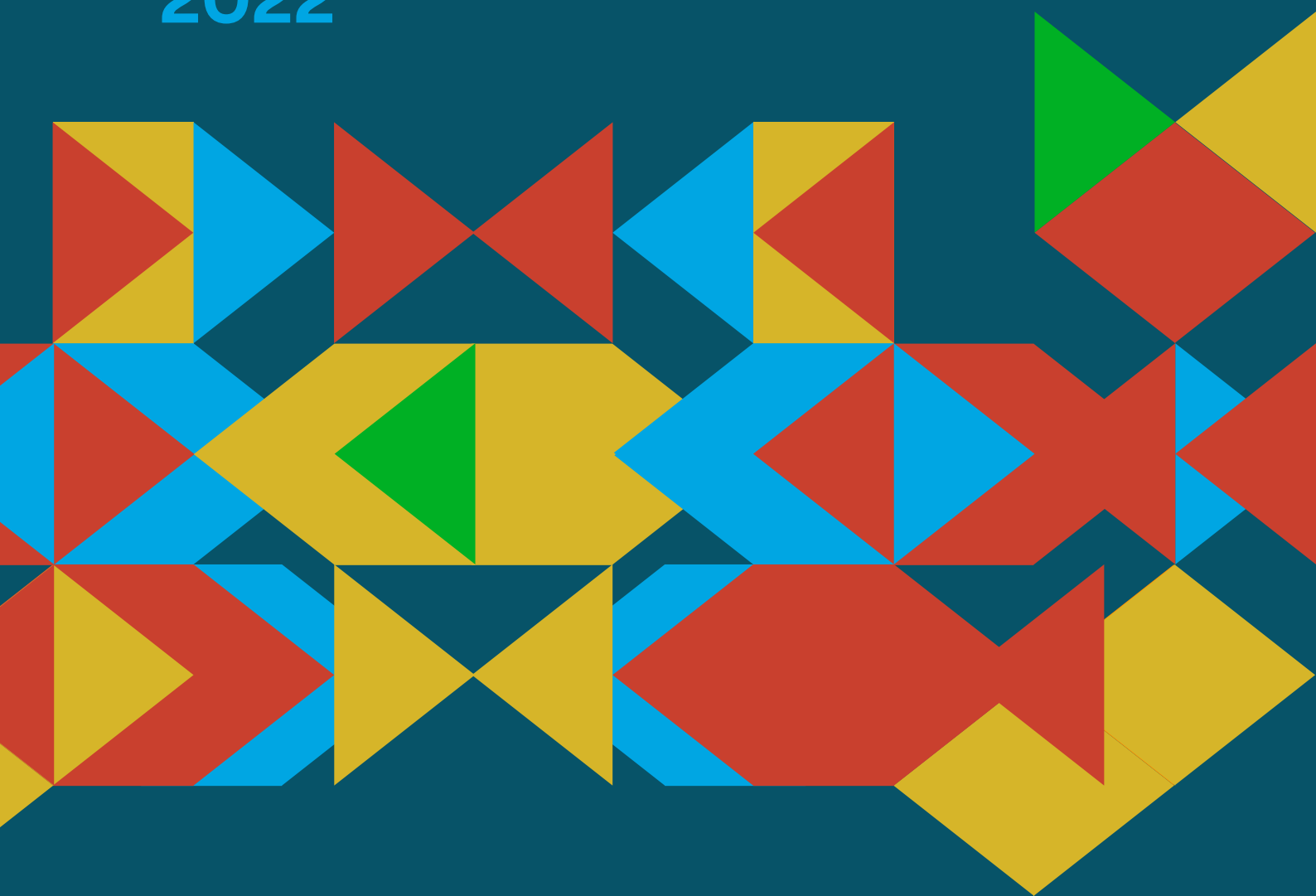


A experiência do edital
**Mobilização em Defesa
dos Espaços Cívicos
e da Democracia**
2022





Índice

Apresentação **04**

Novos Caminhos Para a Democracia no Brasil **07**

Participantes 07

Expectativas dos participantes 08

Análise de conjuntura 09

Desafios 12

Também vale destacar 17

Oportunidades **19**

Prioridades **20**

Considerações **22**

Apresentação

Em 2022, o Fundo Brasil de Direitos Humanos iniciou as ações do primeiro edital Mobilização em Defesa dos Espaços Cívicos e da Democracia. Foi a primeira edição de uma experiência que se pretende mais duradoura com o objetivo de fortalecer iniciativas da sociedade civil organizada – grupos, coletivos e movimentos – voltadas à mobilização para construção de estratégias que visem o fortalecimento da democracia e o enfrentamento aos retrocessos no campo das políticas públicas de proteção dos direitos humanos no Brasil.

Essa linha de apoio se inicia em ano de eleições majoritárias e legislativas nas esferas federal e estadual, em um contexto em que as ideologias de extrema direita, contrárias aos direitos humanos de parcelas específicas da população brasileira, estão fortalecidas em todo o país. Têm capacidade de promover amplamente uma comunicação que dissemina desinformação e opera continuamente para desacreditar e efetivamente desmontar mecanismos e espaços de escuta e participação popular.

É para contribuir no enfrentamento a este cenário que o edital Mobilização em Defesa dos Espaços Cívicos e da Democracia foi lançado em 10 de dezembro de 2021 e selecionou 35 organizações de 17 estados. As organizações apoiadas desenvolveram suas propostas ao longo de 12 meses, experiência que foi acompanhada pela equipe do Fundo Brasil por meio de 8 visitas aos territórios, 18 monitoramentos online e 14 momentos de assessoramento técnico de junho de 2022 a julho de 2023.



Em março de 2023, após 10 meses de trabalho, as organizações apoiadas no edital se reuniram em São Paulo para uma oficina de análise e compartilhamento de experiências e percepções acerca da tarefa de defender e ampliar a participação democrática no Brasil, no dado contexto – foi o segundo encontro destes grupos e lideranças, tendo sido o primeiro realizado em setembro de 2022.

Este documento apresenta de forma breve leituras de conjuntura, diagnósticos, desafios e oportunidades identificadas por esse grupo de organizações, sistematizadas a partir da oficina “Novos caminhos para a democracia no Brasil”, realizada no dia que antecedeu o encontro nacional de 2023, na cidade de São Paulo. A oficina teve como objetivos: compartilhar análises sobre o quadro de oportunidades e os desafios postos no momento político nacional; e identificar ações estratégicas prioritárias para o primeiro ano de um contexto mais favorável à democracia, a partir da derrota, na esfera federal, do governo de extrema direita do período de 2019 a 2022.



Novos Caminhos Para a Democracia no Brasil

Participantes

A oficina contou com 38 participantes, representando 32 organizações, das quais 51,6% estão sediadas na região Nordeste, 19,4% no Sudeste, 12,9% no Centro-Oeste, 9,7% no Norte e 6,5% no Sul. A maior parte dessas organizações atua nas temáticas de Direitos dos Povos Indígenas (5), Direito à livre orientação sexual e identidade de gênero (5), Direito das Mulheres (5), Enfrentamento ao Racismo (4) e Direitos das juventudes (4).

Leia mais

O trabalho de grupos apoiados no edital Mobilização em Defesa dos Espaços Cívicos e da Democracia 2022 incluiu reportagens e textos autorais publicados na [Plataforma Brasil de Direitos](#).



ANÁLISE: DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA



Expectativas dos participantes

Desejo de fortalecer alianças e redes entre organizações e movimentos

Fazer trocas baseadas em encantamento, afeto, alegria e saúde

Buscar caminhos coletivos

Fortalecimento institucional

Fortalecer o processo democrático

Fortalecer a luta por direitos

Leia mais

O trabalho de grupos apoiados no edital Mobilização em Defesa dos Espaços Cívicos e da Democracia 2022 incluiu reportagens e textos autorais publicados na [Plataforma Brasil de Direitos](#).



AMAZÔNIA: COMO AS POPULAÇÕES LOCAIS PENSAM O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO





Análise de conjuntura

Relação contraditória com o Estado: é, ao mesmo tempo, violador dos direitos e promotor e executor de políticas públicas que sanam as violações

Após a ditadura militar, houve uma crescente de grupos e movimentos do campo da luta por direitos. A partir dos anos 2010, esse movimento sofre um refluxo, enquanto instituições de caráter religioso vivem uma ascensão. Esse avanço do fundamentalismo religioso se dá também em forma de ocupação do Estado;

O governo federal que se inicia em 2023 parece que se abrirá mais para diálogo, mas vem acompanhado de uma ofensiva conservadora em 2024. Qual projeto político a sociedade civil construirá para ocupar esses espaços?

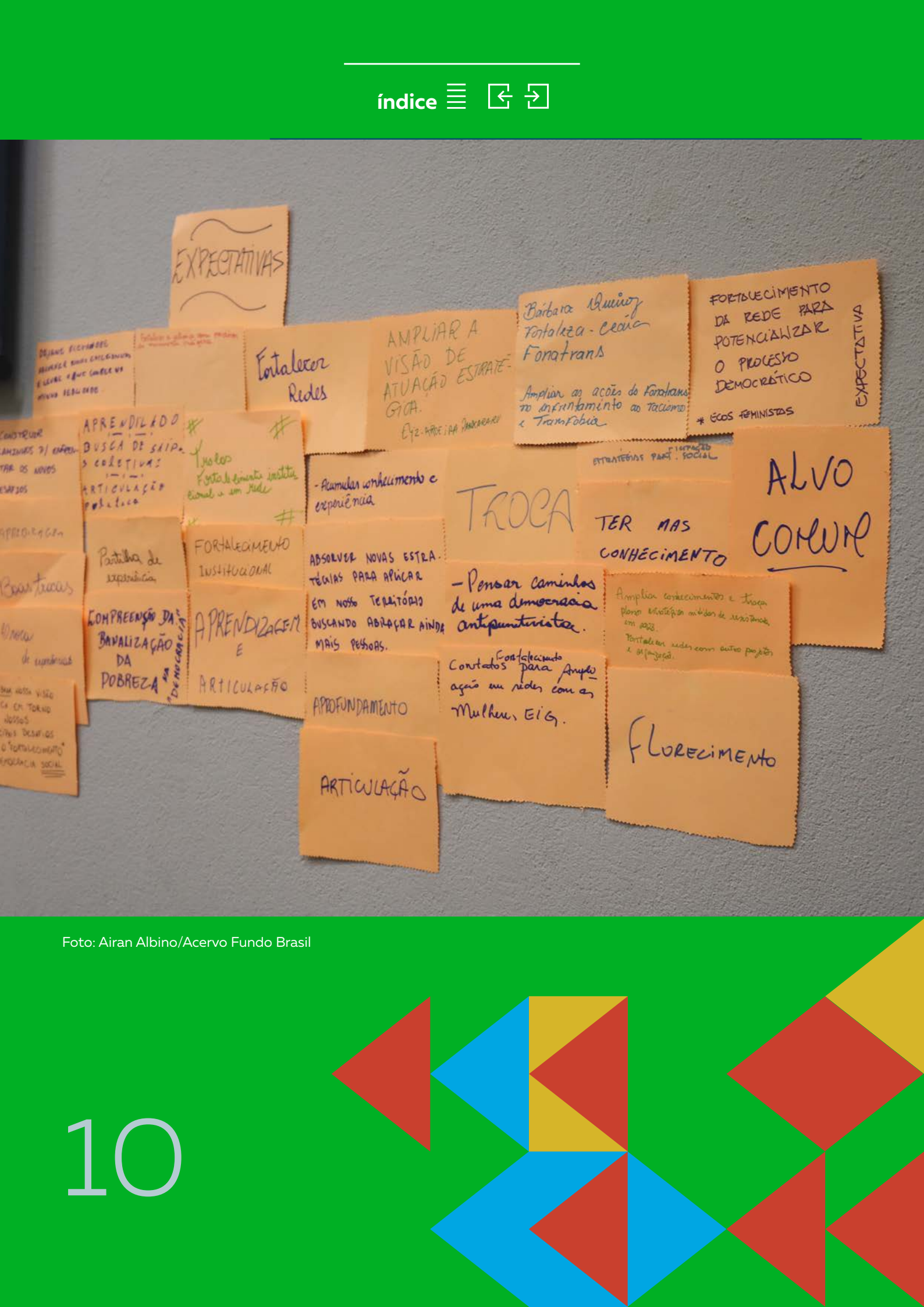


Foto: Airan Albino/Acervo Fundo Brasil

Um olhar para a comunicação

A última década foi de notável avanço da extrema-direita na comunicação. A partir de 2014, cada vez mais figuras como o então deputado Jair Bolsonaro aumentam sua visibilidade com vídeos de opiniões extremas, de combate ao que chamam de “politicamente correto”, de disseminação de discursos de violência e ódio.

Em 2016, a presidente Dilma Rousseff sofre impeachment. Entre 2018 e 2019, a narrativa do projeto de extermínio e de desmonte do Estado e das instituições se consolida. Há uma consolidação histórica da antipolítica e do antissistema. Bolsonaro estabelece diálogo via humor com a subcultura incel*, ao mesmo tempo que estabelece diálogo com redes alternativas de mídia, muitas evangélicas e conservadoras.

Com a chegada da pandemia, as redes extremistas precisam de um ponto de virada e sentem dificuldade de se contrapor a uma realidade que está posta. E, assim, se radicalizam ainda mais, com uma rede de fake news e articulação com militares. Esse movimento culmina no 8 de janeiro de 2023, quando militantes de extrema direita radicalizados por meio de redes de desinformação, articuladas com militares e fartamente financiadas por empresários e até partidos políticos tentam dar um golpe.

Atualmente, é preciso pensar o ciberativismo e o ciberespaço a partir da compreensão de que vivemos em uma sociedade das plataformas, regida por algoritmos e seus vieses.

*subcultura nas plataformas digitais que tem como premissa o ódio a mulheres

Desafios

Atuação em bloco, articulação e fortalecimento institucional: mesmo de perspectivas distintas é possível criar um programa conjunto?

Presença, pressão e atuação dos movimentos sociais ainda maior no governo

Legislativo extremamente conservador

Reorganização dos movimentos sociais a partir da ida de ativistas para posições no governo federal; desmobilização dos movimentos sociais

Reocupação de espaços nos conselhos

Falta de estrutura e recursos para militantes e para a sobrevivência das pessoas

Direitos digitais e ciberespaço: como colocar narrativas e pautar o debate sem ter acesso ao mesmo recurso que a extrema direita?

Comunicação como estratégia em cenário de falta de inclusão digital e alto alcance de fake news

Combate ao reconhecimento facial na segurança pública, entendendo que essa é uma tecnologia racista;

Fortalecer políticas de combate e prevenção à tortura - Políticas de drogas

Acesso à justiça para a população preta, que é criminalizada

Fundamentalismo religioso e o racismo religioso em um cenário de lideranças fundamentalistas que ocupam espaços nos governos

Modelo de desenvolvimento econômico posto viola os povos indígenas e favoreceu uma escalada da violência contra estes povos nos últimos anos

Assista



Elizângela Pankararu

COLETIVO AROEIRA DE INDÍGENAS PANKARARU (PERNAMBUCO)

O coletivo realizou levantamentos participativos das condições de vida e de trabalho das famílias indígenas residentes nas áreas rural e urbana do município de Petrolândia, com objetivo de subsidiar a gestão pública no planejamento da oferta de serviços adequados a essa população

Video: Série Defensoras(es) de Direitos Humanos/Acervo Fundo Brasil)

Apesar das virtudes dos processos conduzidos pelas organizações, percebemos que estas vivenciaram dificuldades próprias do contexto sociopolítico e do momento histórico dessas intervenções. A principal barreira relatada pela maioria das organizações foi a dificuldade de mobilização decorrente de um “desencanto” da população e lideranças populares com o ativismo e a participação em processo de políticos de uma forma geral. Dificuldade de mobilização que também foi agravado pelo processo de pauperização acentuado da população nos últimos sete anos, fazendo com que as agendas de ação política fossem muitas vezes preteridas por oportunidades de garantia da subsistência. É nesse sentido a fala de **Diego Nascimento, da ATRAÇÃO**, no momento do monitoramento online de 2022:

“A situação de emergência se tornou perene. As pessoas não voltaram a trabalhar. Desde o início do ano estamos fazendo com muita dificuldade. Há falta de dinheiro para a população se deslocar, empobrecimento, desgaste generalizados, desesperança, desencanto com o ativismo e as ações.”

No mesmo sentido foi a reflexão de **Manuel Ireno, do NEPS:**

“As pessoas estão sem ânimo, sem coragem para reagir. Temos executado as ações dentro do planejado, mas não sentimos aquela coragem, animação das lideranças. Elas vão, mas não como antes.”



Também vale destacar

Para lutar por direitos, é preciso reconhecer e acolher as diferentes dores e também as esperanças

É preciso dialogar de igual para igual com a filantropia, evidenciando que os saberes estão no movimento popular, e que a transparência deve ser uma prerrogativa dos dois lados dessa relação (movimentos e filantropia)

Comunicação por meio de redes comunitárias é ferramenta de autonomia popular e de escolha consciente sobre o uso das tecnologias

Leia mais

O trabalho de grupos apoiados no edital Mobilização em Defesa dos Espaços Cívicos e da Democracia 2022 incluiu reportagens e textos autorais publicados na [**Plataforma Brasil de Direitos.**](#)



**MAIS DE 40 PRÉ-CANDIDATURAS
LGBTI+ FORAM VETADAS POR
PARTIDOS EM 2022**





Oportunidades

Quais oportunidades o grupo identifica para este momento da democracia no país?

Demarcação de terras

Abertura para diálogo com o governo

Mobilizar e fortalecer os movimentos

Retomada de programas e órgãos na nova gestão

Novos perfis na gestão, quadros com povos originários e movimentos de luta

Disputar espaços de tomada de decisão para participação popular, como conselhos e comitês

Atuação na construção de instrumentos de gestão como Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual

Prioridades

O que o grupo de organizações reunidas considera mais importante fazer no primeiro ano de retomada da democracia brasileira?

Respostas imediatas a questões imediatas: combate à fome e à miséria, segurança alimentar e trabalho;

Garantir presença de lideranças da sociedade civil na composição do governo

Formação de novas lideranças

Fortalecimento da comunicação indígena e popular

Disputar as narrativas nas bases e nas redes sociais, combater discursos de ódio, de discriminação religiosa, documentar a luta e disputar a opinião pública

Retomada de propostas de controle social

**Articulação e mobilização popular
para as eleições de 2024**

Revogação de medidas antipovo

**Combater as violências físicas e políticas
contra mulheres e pessoas trans também
em espaços de representação;**

**Garantir financiamento para as lutas, para que
se tenha condições objetivas de trabalho**

**Defesa de defensores de direitos humanos e cuidado
integral com a militância, inclusive subsistência**

Considerações

A oficina “Novos caminhos para a democracia no Brasil” traz como uma de suas importantes conclusões o entendimento de que a violência contra defensoras/es de direitos humanos se mostra como uma das principais formas de ataque à democracia. Trata-se da tentativa de impedir que povos e populações em situação de vulnerabilidade exerçam seu papel na construção do processo democrático, do debate público e até que tenham garantidos seus mais básicos meios de sobrevivência.

O debate foi rico e confirma demandas prioritárias que já se encontram historicamente sinalizadas pelo campo, tais como a reconstrução de políticas públicas e do controle social; a superação da fome; as lutas em defesas de direitos; a formação política para novas lideranças. Ou seja, o produto do debate se caracterizou fortemente pela preocupação com os desafios de âmbito nacional.

Por fim, destacamos que o debate foi muito importante na medida em que deixa evidente, sob o olhar das organizações, os desafios do próximo período: fortalecimento da comunicação para mobilizar opinião pública; articulação e mobilização popular para as eleições de 2024; garantia de financiamento e mobilização de recursos para a sociedade civil; combate ao discurso de ódio, discriminação religiosa e perseguição; política estrutural de cuidado com as militâncias; defesa de defensores e também de subsistência.

Assista



Marco Oliveira

FRENTE EVANGÉLICOS PELO ESTADO DE DIREITO (RIO DE JANEIRO)

O projeto mobilizou lideranças evangélicas de 10 capitais brasileiras para organizar grupos de evangélicos negros e periféricos para o debate e estudo estruturado sobre cotas raciais e temas relacionados à democracia

Vídeo: Série Defensoras(es) de Direitos Humanos/Acervo Fundo Brasil)



Expediente

Instituidores

Abdias do Nascimento | 1914-2011

Margarida Genevois

Dom Pedro Casaldáliga | 1928-2020

Rose Marie Muraro | 1930-2014

Superintendência

Ana Valéria Araújo | Superintendente

Allyne Andrade e Silva | Superintendente adjunta

Gerente Geral

Gislene Aniceto

Conselho de Administração

Mafoane Odara | Presidente

Gersem Luciano Baniwa

Janiele de Paula

Rafael Lins Bezze

Susy Yoshimura

Veriano Terto

Conselho Consultivo

Jorge Eduardo Durão

Marisa Peres

Paulo Carbonari

Viviane Menezes Hermida

Conselho Fiscal

Karla Battistella - Presidente

Erica Pereira de Souza

Gisela Sales Cordeiro

Marta Elizabete Vieira Santana (suplente)

Equipe

Assessor de projetos: Alexandre Pachêco

Assessor de Investimento Social: Rubens Silva

Facilitação: Mônica Oliveira

Sistematização: Helisa Ignácio

Editorial

Edição: Mônica Nóbrega

Redação: Alexandre Pacheco e Mônica Nóbrega

Fotos: Airan Albino

Projeto Gráfico: Brazz Design

Fundo Brasil de Direitos Humanos

www.fundobrasil.org.br

[instagram.com/fundobrasil](https://www.instagram.com/fundobrasil)

twitter.com/fundobrasil

[facebook.com/fundobrasil](https://www.facebook.com/fundobrasil)

[youtube.com/fundobrasil](https://www.youtube.com/fundobrasil)

[linkedin.com/company/fundo-brasil/](https://www.linkedin.com/company/fundo-brasil/)